CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 622/2026

Realizada a pesquisa, a respeito do assunto foi localizado:

- **Constituição Federal;**

- **Lei Federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1989** — dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes e dá outras providências.

- **Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990** — dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

- **Lei Federal nº 10.048, de 8 de novembro de 2000** — dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica e dá outras providências.

- **Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000** — estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências.

- **Lei Federal nº 11.982, de 16 de julho de 2009** — acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar a adaptação de parte dos brinquedos e equipamentos dos parques de diversões às necessidades das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

- **Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012** — institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

- **Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015** — institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

- **Lei Federal nº 13.652, de 13 de abril de 2018** — institui o Dia Nacional de Conscientização sobre o Autismo e o Dia Nacional do Orgulho Autista.

- **Lei Federal nº 13.977, de 8 de janeiro de 2020** — altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, para criar a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTEA).

- **Lei Federal nº 14.254, de 30 de novembro de 2021** — dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem.

Matéria DSP 14195/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 15/09/2026 e juntado ao PL 662/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=763689.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

- **Lei Federal nº 14.624, de 17 de julho de 2023** — institui o uso do cordão de fita com desenhos de girassóis como símbolo nacional de identificação de pessoas com deficiências ocultas.

- **Lei Federal nº 15.249, de 3 de novembro de 2025** — altera a Lei nº 10.098/2000 (Lei da Acessibilidade) e a Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para dispor sobre a instalação de sistemas de comunicação aumentativa e alternativa de baixa tecnologia em espaços públicos e abertos ao público, com vistas à promoção da acessibilidade da pessoa com necessidades complexas de comunicação.

- **Constituição Estadual.**

- **Lei Estadual nº 12.907, de 15 de abril de 2008** — consolida a legislação relativa à pessoa com deficiência no Estado de São Paulo.

- **Lei Estadual nº 17.158, de 18 de setembro de 2019** — institui a Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

- **Lei Estadual nº 17.651, de 17 de março de 2023** — dispõe sobre a emissão da Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTEA), no âmbito do Estado de São Paulo.

- **Lei Estadual nº 17.798, de 6 de outubro de 2023** — altera a Lei nº 17.158, de 18 de setembro de 2019, aperfeiçoando a Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

- **Lei Estadual nº 18.183, de 21 de agosto de 2025** — dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de salas de regulação sensorial voltadas às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e neuroatípicas em shopping centers no Estado de São Paulo.

- **Lei Estadual nº 18.398, de 7 de fevereiro de 2026** — autoriza o fornecimento de protetores auriculares para estudantes com Transtorno do Espectro Autista na rede pública estadual de ensino.

- **Lei Orgânica do Município de São Paulo**, especialmente os arts. 221 e seguintes.

- **Lei Municipal nº 10.832, de 5 de janeiro de 1990** — determina tratamento prioritário às pessoas portadoras de deficiências físicas.

- **Lei Municipal nº 11.326, de 30 de dezembro de 1992** — dispõe sobre o atendimento aos alunos portadores de necessidades especiais.

- **Lei Municipal nº 11.987, de 16 de janeiro de 1996** — dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação nos parques do Município de São Paulo de pelo menos um brinquedo destinado a crianças portadoras de doenças mentais ou deficiência física e dá outras providências.

Matéria DSP 14195/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 15/09/2026 e juntado ao PL 662/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=763689.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

- **Lei Municipal nº 15.409, de 11 de julho de 2011** — estabelece diretrizes a serem observadas na formulação da Política Municipal de Atendimento às Pessoas com Transtorno Invasivo do Desenvolvimento – Autismo.

- **Lei Municipal nº 16.387, de 3 de fevereiro de 2016** — determina a disponibilização de brinquedos adaptados ao uso de crianças com deficiência em parques e áreas de lazer infantil, públicos e privados, e dá outras providências.

- **Lei Municipal nº 16.642, de 9 de maio de 2017** — institui o Código de Obras e Edificações do Município de São Paulo.

- **Lei Municipal nº 17.334, de 25 de março de 2020** — dispõe sobre a reestruturação e organização do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência.

- **Lei Municipal nº 17.502, de 3 de novembro de 2020** — dispõe sobre a política pública municipal para garantia, proteção e ampliação dos direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e seus familiares.

- **Lei Municipal nº 17.753, de 24 de janeiro de 2022** — dispõe sobre a criação de um complexo de referência e atendimento especializado às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e pessoas com Síndrome de Down.

- **Lei Municipal nº 17.872, de 28 de dezembro de 2022** — institui o Programa de Atendimento Educacional Especializado para diagnóstico, tratamento e acompanhamento dos educandos com transtornos específicos do desenvolvimento das habilidades escolares, nas instituições públicas e privadas de ensino do Município de São Paulo.

- **Lei Municipal nº 18.106, de 26 de abril de 2023** — altera a Lei nº 17.502, de 3 de novembro de 2020, para autorizar a celebração de convênios ou parcerias para fins de capacitação técnica e treinamento de servidores públicos do Município de São Paulo no atendimento às pessoas com Transtorno do Espectro Autista.

- **Lei Municipal nº 18.078, de 11 de janeiro de 2024** — obriga a aplicação do questionário M-CHAT para realização do rastreamento de sinais precoces do autismo durante atendimentos em unidades de saúde públicas e privadas no Município de São Paulo.

- **Lei Municipal nº 18.132, de 17 de junho de 2024** — acrescenta dispositivo à Lei nº 15.096, de 5 de janeiro de 2010, para determinar que o Programa Censo-Inclusão e Cadastro-Inclusão passe a contemplar as pessoas com Transtorno do Espectro Autista.

- **Lei Municipal nº 18.213, de 27 de dezembro de 2024** — denomina “Centro Municipal para Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo Dra. Marina Magro Beringhs Martinez” o 1º Centro Municipal para Pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo.

Matéria DSP 14195/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 15/09/2026 e juntado ao PL 662/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=763689.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

- **Lei Municipal nº 18.253, de 22 de maio de 2025** — institui o "Cantinho do Acolhimento", consistente em espaços reservados para pessoas neurodivergentes nos estabelecimentos públicos e privados.

- **Lei Municipal nº 18.387, de 9 de janeiro de 2026** — altera a Lei Municipal nº 16.518, de 22 de julho de 2016, para assegurar e ampliar o direito de ingresso e permanência de pessoas com deficiência acompanhadas de cães de assistência em locais de uso público ou privado no Município de São Paulo e dá outras providências.

adaptação ambiental para alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outras Necessidades Educacionais Especiais (NEEs).
PL nº 638/2026 — Dispõe sobre a implantação e a adequação progressiva de espaços de brincar inclusivos e sensoriais em parques, praças e demais áreas públicas municipais, visando à acessibilidade e inclusão de crianças com deficiência, TEA e outros transtornos do neurodesenvolvimento. (No arquivo original consta "638/226"; considerado 638/2026.)

PL nº 472/2026 — Institui o Programa Municipal de Inclusão Sensorial no Município de São Paulo.

PL nº 455/2026 — Institui o Parlamento Inclusivo no âmbito da Câmara Municipal de São Paulo.

PL nº 451/2026 — Institui programa permanente de capacitação da Guarda Civil Metropolitana para atendimento humanizado às pessoas com TEA.

PL nº 441/2026 — Institui o Programa Formação Inclusiva, voltado à capacitação de tutores e profissionais da educação para atendimento de crianças neurodivergentes.

PL nº 406/2026 — Institui o Programa "CIPTEA EXPRESSA", estabelecendo fluxo simplificado para emissão da CIPTEA.

PL nº 396/2026 — Institui o Programa "Praça Inclusiva".

PL nº 375/2026 — Dispõe sobre a implantação de salas sensoriais em creches públicas e credenciadas para atendimento de crianças neurodivergentes.

PL nº 329/2026 — Autoriza a instituição do Programa Municipal de Creches Especializadas para Atendimento à Pessoa Neurodivergente.

PL nº 328/2026 — Autoriza a instituição do Programa Municipal de Atendimento Especializado à Pessoa Idosa Neurodivergente.

PL nº 307/2026 — Institui o Programa Municipal de Rastreamento da Pessoa com TEA – "Programa Me Encontre".

PL nº 220/2026 — Institui o "Espaço Sensorial Valentina Salmeron Barbosa dos Santos" nos Centros Educacionais Unificados (CEUs).

Matéria DSP 14195/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 15/09/2026 e juntado ao PL 662/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=763689.

autuado por cintiacarrer em 15/09/2026 12:17:20.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

PL nº 209/2026 — APENSADO — Acrescenta dispositivo à Lei Municipal nº 17.502/2020 para assegurar a possibilidade de vacinação domiciliar às pessoas com TEA.

PL nº 180/2026 — Dispõe sobre o fornecimento de protetor auricular na rede municipal de saúde para pessoas com transtornos do neurodesenvolvimento ou outras condições de hipersensibilidade auditiva.

PL nº 107/2026 — Garante prioridade de permanência e continuidade dos estudos na mesma unidade escolar da Rede Municipal de Ensino às crianças com TEA.

PL nº 96/2026 — Autoriza que os Centros TEA forneçam atendimento às pessoas com Síndrome de Rett, além das pessoas com transtornos do neurodesenvolvimento.

PL nº 12/2026 — Institui diretrizes para incentivo à utilização da musicoterapia como tratamento terapêutico complementar na rede municipal de saúde e assistência social.

PL nº 1.540/2025 — Dispõe sobre parceria público-privada com instituições especializadas em alfabetização de pessoas com TEA.

PL nº 1.442/2025 — Estabelece programas de formação continuada periódica para profissionais das unidades de educação infantil municipais.

PL nº 1.441/2025 — Dispõe sobre a criação dos “Espaços Brincar” em praças, parques públicos e unidades educacionais.

PL nº 1.405/2025 — Institui o Programa Professor de Inclusão Individual.

PL nº 1.367/2025 — Institui o Programa Municipal de Incentivo à Inclusão Produtiva de Pessoas Neurodivergentes.

PL nº 1.355/2025 — Cria o Programa Sala Azul Itinerante.

PL nº 1.351/2025 — Dispõe sobre a criação de salas sensoriais nas escolas municipais.

PL nº 1.333/2025 — Autoriza a instituição da obrigatoriedade da disponibilização de meios de Comunicação Aumentativa e Alternativa.

PL nº 1.321/2025 — Autoriza a instituição do Programa Municipal LINCA-TEAN – Linha de Cuidado Integral em Atenção Primária à Saúde das Pessoas com TEA.

PL nº 1.238/2025 — Autoriza a criação da Sala TEA+ para atendimento multidisciplinar de crianças e adolescentes com TEA e mães atípicas.

PL nº 1.230/2025 — Institui o Programa de Transporte Especial Gratuito para Pessoas Atípicas – TEG Atípico.

Matéria DSP 14195/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 15/09/2026 e juntado ao PL 662/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=763689.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

PL nº 1.227/2025 — Institui os Centros de Atenção Psicossocial Especializados para Pessoas Atípicas (CAPS-PA).

PL nº 1.154/2025 — Institui o Selo Empresa Amiga da Família Atípica. Aprovado em 2ª discussão, permanecendo na relação enquanto não identificada a correspondente lei publicada.

PL nº 1.153/2025 — Institui o Programa SINAIS – Sistema de Identificação e Apoio ao Autismo na Infância pelo SUS.

PL nº 1.116/2025 — Institui a Política Municipal de Diagnóstico Tardio do TEA em adultos e idosos. Aprovado em 1ª discussão.

PL nº 1.000/2025 — Institui a Política Municipal de Diagnóstico Rápido e Desburocratizado de Transtornos do Neurodesenvolvimento.

PL nº 921/2025 — Institui o Programa de Transição para a Vida Adulta da Pessoa com TEA (PTVA-TEA).

PL nº 920/2025 — Institui a “Rota Azul” e o Programa de Feiras Itinerantes de Apoio às Famílias Atípicas. Aprovado em 1ª discussão.

PL nº 919/2025 — Institui a “Rota Inclusiva” no Município de São Paulo.

PL nº 892/2025 — Dispõe sobre a instalação do espaço “Praça Azul – Convivência e Inclusão para Famílias Atípicas”.

PL nº 876/2025 — Altera a Lei nº 18.078/2024 para expandir a aplicação do questionário M-CHAT. Aprovado em 1ª discussão.

PL nº 850/2025 — Institui o “Portal TEA” no Município de São Paulo.

PL nº 813/2025 — Institui o Selo Escola Amiga da Criança e do Adolescente TEA.

PL nº 770/2025 — Institui a “Sala Azul” no Município de São Paulo.

PL nº 732/2025 — Dispõe sobre laudo de diagnóstico precoce nos Centros de Tratamento de TEA.

PL nº 676/2025 — Institui o Circuito Azul Spcine.

PL nº 497/2025 — Dispõe sobre a criação do Programa Capacita TEA+.

PL nº 230/2025 — Dispõe sobre as salas utilizadas para terapias e fisioterapias no tratamento de pessoas com TEA, deficiência intelectual e múltipla.

PL nº 798/2024 — Dispõe sobre a implementação de salas multissensoriais para pessoas com TEA e outras neurodivergências.

Matéria DSP 14195/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 15/09/2026 e juntado ao PL 662/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=763689.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
PROCURADORIA

PL nº 481/2024 — Dispõe sobre a criação de espaços de convivência para pessoas com TEA nos Centros Educacionais Unificados (CEUs). Aprovado em 1ª discussão.

PL nº 413/2024 — Altera a Lei nº 17.502/2020 para criar "Espaços Sensoriais" nas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs).

PL nº 412/2024 — Dispõe sobre as Casas de Permanência (CP-TEA) para acolhimento e tratamento de crianças e adolescentes com TEA.

PL nº 359/2024 — Institui o Código Municipal da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista – TEA. Aprovado em 1ª discussão.

PL nº 210/2024 — Dispõe sobre salas exclusivas para alunos autistas nas escolas da rede pública municipal.

PL nº 184/2024 — Torna obrigatória a instalação de sala de aula multissensorial nas escolas da rede municipal de ensino.

PL nº 480/2023 — Autoriza a criação de Centros de Referência Especializados no Atendimento Integral às Pessoas com TEA.

PL nº 353/2023 — Dispõe sobre espaços reservados e adaptados para pessoas com TEA em estádios e arenas esportivas. Aprovado em 1ª discussão.

PL nº 259/2023 — Dispõe sobre a criação de espaços de playground nas praças e escolas para crianças com TEA.

PL nº 51/2023 — Estabelece a criação de espaço adequado ao atendimento de pessoas com TEA em aeroportos, terminais de transporte interestaduais, estádios de futebol e arenas esportivas.

PL nº 582/2021 — Dispõe sobre a implantação da Casa do Autista no Município de São Paulo.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 15 de setembro de 2026.

Cintia Talarico da Cruz
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068

Matéria DSP 14195/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 15/09/2026 e juntado ao PL 662/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=763689.